

Carta das famílias sem teto ocupantes de residências no conjunto habitacional
Parque Iguazu III

Saudações de Paz e justiça!

A carta é para nós a forma de comunicação de nossa existência, também de mostrar a luta e resistência que estamos vivendo depois que ocupamos as moradias do Parque Iguazu III, mas ela é também a expressão de nossas denúncias e de nossos anúncios. Desejamos muito, que ela encontre todas e todos acolhedores do diálogo, da mesma forma que nós estamos, porque tudo que não queremos mais é ter o estado como maior violador dos nossos direitos.

Somos em média 53 famílias entre mulheres chefes de família, casais novos com filhos e idosos, com trabalhos informais como pedreiro, diarista e catadores de materiais recicláveis.

Compreendemos a situação da falta de moradia como complicador em nossas vidas, pois muitos não tinham casa própria e foram despejados por não conseguir pagar aluguel, por morar de favor ou pelo ambiente trazer riscos para os filhos.

Estamos inscritos na Cohab, alguns há 15 anos, outros menos e atendemos aos critérios de renda e risco que o Programa estabelece. Caso o despejo aconteça e as casas sejam devolvidas para Caixa Econômica Federal, não temos para onde ir, e possivelmente estaremos em situação de rua.

Vimos dizer, que diferente do que muitos pensam, não somos criminosos, não desviamos dinheiro público, cumprimos com nossas obrigações civis, cuidamos bem de nossas crianças dentro dos limites que estão postos, e não nos sentimos errados por ocupar as residências, mas estamos lutando por um direito garantido por lei.

Diante desta nossa apresentação afirmamos que os 17 dias que estamos dentro das casas não tem sido tranquilos como alguns imaginam, pois fomos vítimas de diversos tipos de violência que nos tiram o sono.

Logo que chegamos recebemos visitas da Cohab dizendo que não tínhamos o direito de estar ali e nos mandando embora, ao mesmo tempo, as famílias que foram contempladas pelo Programa que chegavam eram orientadas pela própria Cohab a resolver o problema como achasse melhor, e dessa forma alguns chegaram até armados, criando uma situação muito grave, afinal se algum de nós morrêssemos ali, ia sair nos jornais qualquer outro motivo menos esses com uma parcela de participação do poder público, que transfere a mediação de um conflito desses para os próprios moradores, se eximindo de sua responsabilidade.

O conflito explicitado por nós, não foi criado por nós, se alguém discorda disso recordem as recorrentes ocupações feitas em Curitiba e em todo o Brasil e os números alarmantes de pessoas na fila da COHAB em total descompasso com a quantia de moradias que são construídas em programas de habitação popular. Nos sentimos em maior risco com essa atitude da COHAB em sortear, encaminhar famílias e orientara famílias para irem até as moradias sem medir as consequências do que podia ter nos acontecido. Isso causou bastante transtorno tanto para eles, quanto para nós, visto que não era família contra família já que todos tem direito à moradia e um encaminhamento precisava ser dado pelo poder público.

Outro fato que nos deixa bem intrigado é sobre os sorteios que aconteceram no dia 09/10, depois da ocupação, sem a presença da Caixa Econômica Federal, o que ficou claro no dia da reunião com a Dra Margaret e a CEF que não é possível, pois a Caixa precisa acompanhar. Ainda nessas inquietações a respeito da Cohab, tentamos entender o motivo de algumas pessoas receberam a informação das técnicas Odete e Fátima de que poderiam ficar na casa, mesmo tendo ocupado, e que ao momento que saíssem era necessário avisar a Cohab para que eles realizassem o sorteio para outra família? Por que há alguns foi permitido ficar na casa e outros não? No meio de tudo, ainda temos que decifrar o que é que querem pessoas ligadas ao poder público com propostas extra oficiais confundindo nossa cabeça.

Também quando fomos procurar o Conselho Tutelar fomos orientados pela assistente social Débora da Regional Bairro Novo de que a Cohab deu ordens para que ele não atendesse as famílias que ocuparam. O que fazemos para garantir o direito das crianças?

Recebemos informações de que aconteceria um despejo violento, que deveríamos cuidar de nossas crianças, nos pareceram bastante com ameaças e principalmente quando em uma madrugada ouvimos uma bomba que alguns identificaram ser de guardas ou policiais.

Em meio a todo esse conflito colocado percebemos que a responsabilidade em organizar essa situação não é nossa apenas e que não é somente a questão de moradia, mas neste momento ela se coloca como a principal para alcançarmos outras mais e assim é possível verificar a necessidade e urgência de construirmos encaminhamentos, pois a cada dia temos mais direitos violados.

Para nós, a importância desse momento está principalmente no diálogo entre diversos órgãos e representações que podem iniciar uma construção articulada e uma orientação conjunta na direção e perspectiva da garantia dos direitos fundamentais de uma grupo em situação de vulnerabilidade social, econômica e emocional.

Certos de que só a luta muda a vida, partilhamos a força de nossa esperança.